

dívida externa

Governo teme confronto

MILANO LOPES
Da sucursal de Brasília

Os representantes da área econômica que começarão, esta semana, a discutir com o Itamaraty a definição da posição brasileira na reunião de chanceleres da Argentina, Brasil, Colômbia e México, na primeira quinzena deste mês, numa capital latino-americana ainda não escolhida, defenderão um ponto de vista comum, contrário a qualquer proposta que possa ser interpretada como um confronto com os credores.

Para os ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, o trio diretamente responsável pelas negociações envolvendo o refinanciamento da dívida externa brasileira, teria sido melhor que a nota conjunta dos presidentes argentino, brasileiro, colombiano e mexicano se encerrasse em si mesma, sem desdobramentos.

Todavia, como há disposição de obter consequências dessa manifestação coletiva, estimulada sobretudo pelas chancelarias dos citados países, terá a área econômica, a quem cabe a tarefa de enfrentar o mercado financeiro internacional, a obrigação de fixar limites, e o mais importante deles, conforme assinalam técnicos diretamente envolvidos nas negociações, é o de não se envolver em disputas coletivas capazes de prejudicar os ganhos obtidos pelo Brasil junto aos credores, como consequência dos primeiros resultados positivos da política de ajustamento, ainda que a custos sociais consideráveis.

Foram esses êxitos, dizem os informantes, expressos sobretudo nas áreas de controle do déficit do setor público, do estoque monetário e do balanço de pagamentos, com um *superávit* anual de mais de US\$ 7 bilhões em maio último, que credenciaram o Brasil a sentar à mesa de negociações com maior força política para exigir vantagens tanto em termos de *spread* (taxa de risco) como de prazo. Credenciaram também, o Brasil, a exigir para si uma solução específica, diferente do tratamento dispensado a outros países, como a Argentina, que até agora nada fizeram para ajustar sua política interna às condições prescritas pelo Fundo Monetário Internacional — FMI.

É precisamente esse espaço, duramente conquistado, que a área econômica não pretende desperdiçar com uma iniciativa política de eficácia duvidosa. Os ministros da área econômica — asseguram seus assessores diretos — consideram importante a pressão política, exercida tanto a nível individual, como o discurso do presidente Figueiredo na ONU, em setembro de 1982, e as manifestações de Delfim e Galvêas, criticando a elevação dos juros internacionais e advertindo para os perigos de se inviabilizar o serviço da dívida dos países em desenvolvimento, como a nível coletivo, como a manifestação dos presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México.

LIMITES

Porém essa pressão política não pode ultrapassar os limites para a estruturação de uma espécie de cartel de devedores, que imporia condições inaceitáveis para o mercado. O temor da área econômica é que, dessas discussões coletivas, possa surgir a idéia de imposição de regras comuns, ou parâmetros, como mencionou recentemente

o chanceler Saraiva Guerreiro, em Tóquio, nivelando a situação dos devedores.

O Brasil, segundo os ministros da área econômica, não pode abrir mão do caráter específico de sua dívida externa, que é basicamente diferente da forma como foi montado o endividamento de outros parceiros, como a Argentina — um endividamento para investimentos produtivos e não predatório. Se isso ocorrer, os que se endividaram para esbanjar e os que não fizeram nada para se ajustar é que acabarão obtendo vantagens à custa do Brasil.

Lembram os técnicos da área econômica que a pressão política, exercida a nível continental, poderá contribuir para aliviar a rígida posição norte-americana, contrária, até o momento, a qualquer abertura na área de negociação da dívida externa. A posição do departamento do Tesouro, claramente expressa recentemente por Donald Regan, é a de que Washington pode contribuir para que se encontre uma solução, "mas não podemos forçar os bancos".

Segundo o secretário do Tesouro, "se as nações atingidas pela dívida tiverem vontade política, se executarem os programas do FMI, aí os bancos encontrarão uma solução". Isso significa que, antes de qualquer flexibilização, os devedores terão de promover sua política de ajuste interno, tal como recomendada pelo FMI.

É precisamente neste ponto que reside a discordância com a nova postura que os países devedores, como o Brasil, pretendem tomar, sobretudo na visão de suas chancelarias. Ainda em Tóquio, o chanceler Saraiva Guerreiro, depois de afirmar que "o Brasil já aceitou o seu ajustamento numa fase de estagnação, senão mesmo de depressão", e admitir que "já chegamos ao fundo do poço e agora estamos voltando", assinalou que há um limite para os sacrifícios, "que é o das consequências sociais e políticas que tem de ser evitadas, interna ou externamente, no interesse de todos", o que significa, na prática, recusa à continuação da política de ajustamento.

Ocorre que a posição norte-americana, aparentemente inflexível, poderá ser ratificada nesta quinta-feira, durante a Décima Reunião de cúpula econômica dos países industrializados, em Londres, cujo temário inclui a dívida externa como um dos principais itens. Tal como aconteceu em Williamsburg, no ano passado, é provável que os grandes reiterem a estratégia definida para o trato dos problemas do endividamento do Terceiro Mundo.

Essa estratégia inclui, como ponto principal, o ajustamento interno pelos países endividados, a partir do qual serão liberados recursos do FMI, assegurado o fluxo de empréstimos bancários, embora em menor nível, assim como os empréstimos-ponte, nos casos de extrema necessidade. Considera-se improvável que os grandes aproveem qualquer sugestão entre as que estão sendo lançadas atualmente, para flexibilizar as regras de renegociação da dívida dos países em desenvolvimento.

Se esse for o quadro do encontro de Londres, a reunião dos chanceleres latino-americanos, uma semana depois, poderá colocar-se diante de duas alternativas: continuar aceitando a negociação pelas vias convencionais ou levar às últimas consequências a pressão política.

com credores